



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

### LEI COMPLEMENTAR Nº 49 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024.

PUBLICADO EM:  
13 / 12 / 2024  
PAÇO MUNICIPAL  
*Penalho*  
RESPONSÁVEL

*“Altera o artigo 20 e Inclui na Seção I ao Capítulo IV do Título II, da Lei Complementar Municipal nº 0022 de 30 de novembro de 2020 (Código de Posturas), os artigos 319-A, 319-B e 319-C, os quais tratam sobre a exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança para Empreendimentos ou Atividades com Potencial de Impacto Urbanístico Significativo e dar outras providências.”*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS-MG, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Altera o Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 0022 de 30 de novembro de 2020 (Código de Posturas), passando a vigorar a seguinte redação:

**Art. 20** – O alvará de localização e funcionamento é concedido e emitido pela Administração Municipal, a requerimento prévio do interessado.

**§ 1º:** Dependerá do alvará de localização e funcionamento todo estabelecimento com atividade comercial, industrial, agropecuária e prestador de serviço.

**§ 2º:** É obrigatória a apresentação do alvará de prevenção e proteção contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros, renovado a cada quadrimestre, para que a Prefeitura Municipal forneça o alvará de licença.

**§ 3º:** A obtenção do alvará de localização e funcionamento fica condicionada à apresentação de alvará sanitário das instalações físicas.

**Art. 2º** - Inclui na Seção I ao Capítulo IV do Título II, da Lei Complementar Municipal nº 0022 de 30 de novembro de 2020 (Código de Posturas), os artigos 319-A, 319-B e 319-C, os quais tratam sobre a exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

para Empreendimentos ou Atividades com Potencial de Impacto Urbanístico Significativo, possuindo a seguinte redação:

**Art. 319-A** - A instalação de empreendimentos ou atividades que possam causar considerável impacto urbanístico fica condicionada à apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme previsto no art. 4º, VI, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar 21 de 2020 (Plano Diretor):

**§1º** - O Estudo de Impacto de Vizinhança tem como objetivo avaliar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade no ambiente urbano, contemplando, no mínimo, os seguintes aspectos:

I – descrição do empreendimento ou atividade e regime de funcionamento, com identificação do proprietário, do requerente da licença e da titularidade do imóvel;

II – delimitação geográfica, caracterização e diagnóstico da área de influência direta e indireta do empreendimento ou atividade;

III – diagnóstico da situação antes da implantação do empreendimento ou atividade referente, no mínimo, aos aspectos relacionados no art. 319-B.

IV – prognóstico da situação futura, incluindo estimativas qualitativas e quantitativas dos impactos positivos e negativos diretamente e indiretamente decorrentes das fases de implantação, operação e, quando necessário, descomissionamento do empreendimento ou atividade, considerando, no mínimo, os seguintes cenários:

a) sem o empreendimento ou atividade;

b) com o empreendimento ou atividade e sem as medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias;

c) com o empreendimento ou atividade e com a execução das medidas mitigadoras, potencializados e compensatórias.

V – proposição de medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias dos impactos identificados e analisados e seus procedimentos de controle e monitoramento;

VI – Responsável Técnico e Equipe Técnica.

**§2º.** A Comissão poderá exigir, motivadamente, mediante Parecer Técnico a ser incorporado ao Termo de Referência, a inclusão de outros elementos em decorrência da natureza, porte e/ou localização do empreendimento ou atividade.





## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

**Art. 319-B** - Os impactos da atividade ou empreendimento serão analisados no EIV-RIV, contemplando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I – adensamento populacional e população flutuante;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação, sombreamento, iluminação e condições ambientais que condicionam o conforto térmico;
- VII – paisagem urbana e patrimônio histórico-cultural e arqueológico.

§ 1º Além dos constantes no caput, o EIV analisará, sempre que pertinente, os seguintes aspectos:

- I – patrimônio natural, fauna, flora, recursos hídricos e minerais;
- II – infraestrutura sanitária;
- III – infraestrutura elétrica;
- IV – impermeabilização do solo e drenagem;
- V – poluição sonora;
- VI – poluição atmosférica;
- VII – geotecnia;
- VIII – risco à saúde humana em ambiente externo.

§ 2º O EIV analisará os impactos de vizinhança do projeto e de suas alternativas nas fases de construção, implantação, ampliação, funcionamento, demolição e descomissionamento, por meio da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes.

§ 3º O Município poderá exigir, motivadamente, mediante Parecer Técnico a ser incorporado ao Termo de Referência, a análise de outros impactos em decorrência da natureza, porte e/ou localização do empreendimento ou atividade.

§ 4º O Município exigirá análise dos efeitos cumulativos e sinérgicos dos aspectos relacionados nos incisos I a VII e §§ 1º e 2º deste artigo, causados pelo empreendimento ou atividade objeto do EIV, bem como com todos os demais empreendimentos ou atividades licenciados na mesma área de influência definidos no Termo de Referência.



## Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas

CEP: 37.310-000 - Estado de Minas Gerais

CNPJ: 18.684.217/0001-23

**Art. 319-C.** As medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias indicadas no EIV, quando avalizadas pelo órgão licenciador, serão implantadas nos prazos previstos para cada etapa do licenciamento, antes da emissão do "habite-se", da "aceitação das obras" ou da concessão do "alvará" correspondente.

§ 1º As medidas mitigadoras, potencializadoras e compensatórias serão implantadas na área de influência do empreendimento ou atividade, conforme definido no Termo de Referência.

§ 2º Cada impacto negativo identificado estará vinculado a, pelo menos, uma medida mitigadora ou compensatória.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos fiscais a partir de 01 de janeiro de 2025, respeitando o princípio da anterioridade.

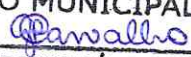
Bom Jardim de Minas, 13 de dezembro de 2024.

  
**José Francisco Matos e Silva**  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:

13 / 12 / 2024

PAÇO MUNICIPAL



RESPONSÁVEL